CIMEIRA DE JOANESBURGO APROVA MEDIDAS AMPLAS PARA REDUZIR A POBREZA, PROTEGER O AMBIENTE

A Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável terminou na noite de 4 Setembro, em Joanesburgo, com os dirigentes mundiais a declararem que a "profunda linha de fractura" entre ricos e pobres representa uma ameaça importante à prosperidade e estabilidade mundiais, e a aprovarem um amplo plano para a combater, que contém metas mundiais específicas em termos de redução da pobreza, água salubre e saneamento, e mortalidade infantil.

Ao aprovarem a Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável, os chefes de Estado e de governo, reafirmando o seu compromisso para com a Agenda 21, o plano aprovado no Rio de Janeiro há 10 anos, afirmaram que a globalização – a integração rápida de mercados, a mobilidade de capitais e maiores fluxos de investimento – havia criado novas oportunidades, mas os benefícios e os custos não estavam a ser distribuídos de uma maneira uniforme.

Além disso, afirmaram, o ambiente a nível mundial continua a sofrer com a perda de biodiversidade, o esgotamento das populações de peixes, o avanço da desertificação, alterações climáticas cada vez mais graves, catástrofes naturais mais frequentes e devastadoras e países em desenvolvimento cada vez mais vulneráveis.

Acrescentaram: "Corremos o risco de enraizamento destas disparidades mundiais e, caso não ajamos de uma forma que altere fundamentalmente as suas condições de vida, os pobres do mundo podem perder a confiança nos seus representantes e nos sistemas democráticos em relação aos quais continuamos empenhados, e ver nos seus representantes nada mais do que fanfarras ou campainhas a tilintar".

O Plano de Aplicação, que é muito amplo, exorta a que, até 2015:

— se reduza para metade a percentagem da população mundial que vive com menos de 1 dólar por dia;

— se reduza para metade o número de pessoas que vivem sem água potável ou saneamento básico; e

— se reduzam em dois terços as taxas de mortalidade infantil e de mortalidade de menores de cinco anos, e a mortalidade materna em três quartos.

Outras disposições tratam de uma ampla gama de questões ambientais e de desenvolvimento, tais como as alterações climáticas, a energia, a agricultura, o comércio, o desenvolvimento de África e os pequenos Estados insulares. O Plano de Aplicação exige um aumento significativo da utilização de fontes de energia renováveis "com um carácter de urgência", embora não estabeleça metas específicas; a aplicação de um novo sistema mundial para classificação e rotulagem de produtos químicos; e a reconstituição das populações de peixes esgotadas. Além disso, exorta os Estados que ainda o não fizeram a ratificarem "atempadamente" o Protocolo de Quioto à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas.

No seu discurso de encerramento, o Presidente da Cimeira, Presidente Thabo Mbeki da África do Sul, afirmou que, em resposta a todas as vozes ouvidas na Cimeira, às crianças que haviam expressado o seu desapontamento e frustração relativamente aos dirigentes mundiais e aos trabalhadores que estavam à espera de liderança, os dirigentes mundiais devem dizer, "Vamos agir". Recordou as suas palavras na abertura da Cimeira, quando deu as boas-vindas aos delegados ao "berço da humanidade", de onde todos haviam vindo. Exortou-os a regressarem agora ao mundo – e a regressarem com a determinação "de desfazer os danos que causámos".

Também nas suas observações finais, Nitin Desai, Secretário-Geral da Cimeira, afirmou que esperava que o Secretário-Geral de "Joanesburgo + 15" viesse dizer que as ratificações do Protocolo de Quioto prometidas durante a Cimeira haviam conduzido a uma nova dinâmica, que os países se tinham mostrado à altura das suas metas e as populações de peixes já não se encontravam esgotadas, que a perda de biodiversidade fora detida completamente e fora introduzido um sistema de modo a que não fossem utilizados produtos químicos perigosos em parte alguma do mundo. Tudo isso era possível, se as decisões já tomadas fossem encaradas com seriedade. Fora por isso que se chamara à Cimeira a "Cimeira para a Acção"

Na sequência da aprovação por consenso do Plano de Aplicação, vários delegados apresentaram comentários ao texto.

Quando abriu a Cimeira, a 26 de Agosto, o Presidente Mbeki exortou a comunidade internacional a esforçar-se por alcançar uma prosperidade comum, afirmando que "uma sociedade humana global baseada na pobreza para muitos e prosperidade para apenas uns quantos e caracterizada por ilhas de riqueza, rodeadas por um mar de pobreza, é insustentável".

Nitin Desai pedira à comunidade internacional que combatesse o "*apartheid* global" descrito pelo Presidente Mbeki com o mesmo vigor com que combatera o *apartheid* na África do Sul.

Antes da aprovação da Declaração e do Plano de Aplicação, o segmento de alto nível da Cimeira, que se reuniu entre 2 e 4 de Setembro, ouviu mais de 100 dirigentes mundiais, que abordaram uma ampla gama de questões, entre as quais figuram o princípio de responsabilidades comuns mas diferenciadas; a necessidade de corrigir as desigualdades da globalização; o combate ao VIH/SIDA; a alteração dos padrões insustentáveis de consumo e produção; a importância da cooperação regional para se atingirem os objectivos do desenvolvimento sustentável; e a correlação entre pobreza e degradação ambiental.

A eliminação dos subsídios à agricultura, a transferência de tecnologias racionais em termos ambientais e a necessidade da abertura dos mercados aos produtos do mundo em desenvolvimento ocuparam um lugar de destaque na maior parte das declarações, que sublinharam que os subsídios aos produtores agrícolas dos países desenvolvidos eram prejudiciais aos mercados de muitos países em desenvolvimento.

Uma outra questão sublinhada por diversas delegações foi a necessidade de se estabelecerem objectivos com um quadro temporal definido para a utilização de energias renováveis. É preciso fornecer energia a 2 mil milhões de pessoas que não têm acesso a ela, sem aumentar a poluição nem as alterações climáticas, afirmaram alguns oradores. Foi sugerido como objectivo mundial que, até 2010, 15% das energias utilizadas fossem renováveis, pedindo aos países industriais que tomassem a iniciativa. O desenvolvimento sustentável não poderá ser atingido se as fontes de energia não forem renováveis e eficientes.

Inúmeros oradores abordaram a questão das alterações climáticas mundiais, tendo os representantes dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, em especial, salientado o impacte catastrófico da subida do nível do mar na sua própria sobrevivência. As pequenas nações insulares, realçou um dos oradores, não deveriam desaparecer em virtude da ganância do mundo industrializado. Para muitas delas, afirmou outro orador, o tempo – o recurso não renovável mais precioso – estava a esgotar-se.

Cinco jovens discursaram também na Cimeira durante a abertura do segmento de alto nível. Três deles, que representavam a Conferência Internacional das Crianças sobre o Ambiente, patrocinada pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente, apresentaram uma lista de desafios aos dirigentes mundiais. Inspirados, escritos e votados por cerca de 400 crianças de 80 países, estes desafios representavam as suas esperanças e medos quanto ao futuro do planeta.

O segmento de alto nível incluiu também quatro mesas-redondas em que os chefes de Estado e de governo realizaram debates interactivos com chefes dos organismos especializados das Nações Unidas, bem como com representantes de organismos intergovernamentais, organizações não governamentais e grupos importantes.

A primeira semana da Cimeira, entre 26 de Agosto e 1 de Setembro, centrou-se em sessões plenárias, nas quais delegações de governos, grupos importantes, organismos especializados, fundos e programas do sistema das Nações Unidas, organizações intergovernamentais, organizações não governamentais e representantes de empresas debateram parcerias nas cinco áreas prioritárias definidas pelo Secretário-Geral Kofi Annan antes da Cimeira – água, energia, saúde, produtividade agrícola e biodiversidade.

Entre os destaques dessa primeira semana contou-se, a partir de terça-feira, 29 de Agosto, o anúncio de diversas parcerias lançadas para levar a cabo iniciativas destinadas a atingir diversos objectivos no âmbito das áreas prioritárias, sendo os progressos mais evidentes atingidos na área da água e saneamento.

Os Estados Unidos anunciaram que, durante os próximos três anos, iriam investir 970 milhões de dólares em projectos de água e saneamento, enquanto a iniciativa "Água para a Vida", da União Europeia, procurou angariar parceiros para satisfazer as necessidades em termos de água e saneamento, em especial em África e na Ásia Central. O Banco Asiático de Desenvolvimento anunciou um subsídio de 5 milhões de dólares ao Centro das Nações Unidas para os Povoamentos Humanos (UN-Habitat) e 500 milhões de dólares de crédito acelerado para o Programa Água para as Cidades Asiáticas.

No domínio da energia, as quatro maiores empresas de energia do mundo assinaram diversos acordos com as Nações Unidas tendo em vista a prestação de cooperação técnica para projectos de energia sustentável nos países em desenvolvimento. A União Europeia anunciou uma iniciativa de 700 milhões de dólares e os Estados Unidos afirmaram que iriam investir cerca de 43 milhões de dólares em 2003. A empresa pública de energia sul-africana, Eskom, anunciou uma parceria para alargar os serviços de energia modernos aos países vizinhos.

Entre as parcerias no domínio da saúde, incluiu-se um compromisso por parte dos Estados Unidos de gastar 2,3 mil milhões de dólares em programas de saúde; uma partes desses gastos havia sido destinada anteriormente ao Fundo Mundial contra o VIH/SIDA. Noutras iniciativas em parceria, os Estados Unidos prometeram 90 milhões de dólares para programas de agricultura sustentável, em 2003, e comprometeram-se a gastar mais 53 milhões de dólares com as florestas, em 2002-2005.

Ainda durante o segmento de alto nível, o Canadá e a Federação Russa anunciaram a sua intenção de ratificar o Protocolo de Quioto, o que aumenta as possibilidades de o Protocolo entrar em vigor sem a participação dos Estados Unidos, que há muito se opõem a ele. O Protocolo estabeleceria as primeiras restrições vinculativas às emissões, pelas nações industrializadas, de dióxido de carbono e de outros gases de efeito de estufa que retêm o calor.

A Cimeira de Joanesburgo, anunciada como a maior conferência de sempre das Nações Unidas, reuniu 104 chefes de Estado e de governo. Participaram na Cimeira 191 países, para além da União Europeia e da Palestina. As Nações Unidas emitiram 21 340 livre-trânsitos de acreditação, incluindo mais de 9000 para delegações, mais de 8000 para grupos importantes e mais de 4000 para os meios de comunicação social.

Declaração de Joanesburgo

Ao comprometerem-se a construir uma sociedade mundial humana, equitativa e que reconheça a necessidade da dignidade humana para todos, os chefes de Estado e de governo assumiram uma responsabilidade colectiva de promover e fortalecer os pilares interdependentes, e que se reforçam mutuamente, do desenvolvimento humano – o desenvolvimento económico, o desenvolvimento social e a protecção ambiental – a nível local, nacional, regional e mundial.

Reconhecendo que a humanidade se encontra numa encruzilhada, os dirigentes mundiais uniram-se numa determinação comum para elaborar um plano prático e visível destinado a conduzir à erradicação da pobreza e ao desenvolvimento humano, afirmou a Declaração.

Os chefes de Estado e de governo reconheceram que a erradicação da pobreza, a alteração dos padrões de consumo e produção, a protecção e gestão da base de recursos naturais para o desenvolvimento económico e social eram objectivos gerais do desenvolvimento sustentável, bem como seus pressupostos essenciais.

Saudaram a preocupação da Cimeira de Joanesburgo com a indivisibilidade da dignidade humana e deliberaram por meio de decisões sobre objectivos, calendários e parcerias para aumentar rapidamente o acesso a água salubre, saneamento, habitação adequada, energia, cuidados de saúde, segurança alimentar e protecção da biodiversidade. Ao mesmo tempo, decidiram trabalhar em conjunto para se ajudarem uns aos outros a obter acesso a recursos financeiros, beneficiar da abertura dos mercados, garantir o reforço das capacidades, utilizar tecnologias modernas para o desenvolvimento, e garantir a transferência de tecnologias, o desenvolvimento dos recursos humanos, bem como a educação e a formação para acabar para sempre com o subdesenvolvimento.

De acordo com a Declaração, os dirigentes mundiais vão continuar a prestar uma atenção especial às necessidades de desenvolvimento dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e dos países menos avançados. Reconheceram que o desenvolvimento sustentável exigia uma perspectiva a longo prazo e uma participação de base alargada na formulação de políticas, na tomada de decisões e na implementação a todos os níveis. Comprometeram-se a continuar a trabalhar, a favor de parcerias estáveis com todos os grupos importantes, respeitando os papéis independentes e importantes de cada um.

Os dirigentes acordaram que, na realização das suas actividades legítimas, o sector privado tinha o dever de contribuir para a evolução de comunidades e sociedades equitativas e sustentáveis. Acordaram também que era necessário que esse sector impusesse às empresas o dever de prestar contas num ambiente de transparência e regulamentação.

Descrevendo a Cimeira do Rio, de 1992, como um marco significativo que criara uma nova agenda para o desenvolvimento sustentável, reafirmaram o seu compromisso para com a Agenda 21 e a Declaração do Rio. Entre o Rio e Joanesburgo, a Conferência de Monterrey sobre o Financiamento do Desenvolvimento e a Conferência Ministerial de Doha haviam definido uma visão abrangente do futuro da humanidade.

Os dirigentes mundiais afirmaram que a Cimeira de Joanesburgo havia reunido um rica diversidade de povos e pontos de vista numa procura construtiva de um caminho comum em direcção a um mundo que respeitasse e implementasse a visão do desenvolvimento sustentável.

Plano de Aplicação

O Plano de Aplicação, de 65 páginas, obriga os participantes na Cimeira Mundial a acções e medidas concretas a todos os níveis, sobre uma ampla gama de questões ambientais e de desenvolvimento, tais como a água salubre, a energia, a agricultura, o comércio, a saúde e a biodiversidade.

O plano procura "levar mais longe os progressos obtidos desde a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento e acelerar a realização dos restantes objectivos". Reafirmando o compromisso internacional em relação aos princípios do Rio, à Agenda 21 e aos objectivos aprovados na Cimeira do Milénio, em Setembro de 2000, os dirigentes mundiais reconhecem que a implementação dos resultados da Cimeira deveriam beneficiar todos, em especial, as mulheres, jovens, crianças e grupos vulneráveis.

"A erradicação da pobreza, a alteração dos padrões insustentáveis de produção e consumo e a gestão dos recursos naturais são objectivos gerais do desenvolvimento sustentável, bem como seus pressupostos essenciais", afirma o documento. Promovendo a integração das componentes económica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável, o plano aponta as políticas nacionais bem concebidas, as instituições democráticas, a boa governação e a cooperação internacional, em especial, nas áreas das finanças, da transferência de tecnologias, da dívida e do comércio como alguns dos factores que se revestem de uma importância crítica.

Reafirmando o seu compromisso em relação ao Objectivo do Milénio de reduzir para metade, até 2015, a percentagem da população mundial que sofre de fome, os dirigentes mundiais exortam também ao estabelecimento de um fundo mundial de solidariedade para erradicar a pobreza e promover o desenvolvimento social e humano nos países em desenvolvimento.

Ainda dentro do contexto das acções de erradicação da pobreza, o plano compromete-se com o objectivo de reduzir para metade, até 2015, o número de pessoas que vive sem água potável ou saneamento básico e melhorar o acesso dos pobres a serviços e recursos energéticos fiáveis, a custos comportáveis, economicamente viáveis, socialmente aceitáveis e racionais do ponto de vista ambiental.

Até 2005, o documento propõe-se criar planos de gestão integrada dos recursos hídricos e de eficiência hídrica, que deveriam tratar de questões como a gestão dos rios, bacias hidrográficas e lençóis freáticos; o aumento da reciclagem da água; a dessalinização da água do mar; a recuperação das águas superficiais e a investigação conjunta.

Entre outras acções para atingir o objectivo da erradicação da pobreza, o texto acordado enumera a criação de programas nacionais de desenvolvimento sustentável; o aumento dos alimentos, crédito e emprego disponíveis; a prestação de serviços básicos de saúde; e a melhoria do acesso das populações indígenas às actividades económicas e a obtenção, até 2020, de uma melhoria significativa das condições de vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados, conforme proposto na iniciativa "cidades sem bairros degradados".

Reconhecendo a necessidade de "alterações fundamentais" dos padrões insustentáveis de consumo e produção em todo o mundo, o plano incentiva a criação de um quadro de 10 anos em programas de apoio a iniciativas regionais e nacionais de resolução desse problema através da "quebra da ligação, se for esse o caso, entre crescimento económico e degradação ambiental" por meio de uma maior eficiência e sustentabilidade.

Entre as medidas propostas, incluem-se a adopção de políticas destinadas a "aumentar a eficácia em termos ecológicos" e promover padrões sustentáveis de produção e consumo, a aplicar, entre outros, o princípio do "poluidor-pagador"; as abordagens baseadas na ciência; os programas de sensibilização; a criação de ferramentas eficazes e transparentes de informação aos consumidores e o apoio a métodos de produção mais limpos. O texto incentiva também iniciativas ambientais voluntárias em prol das indústrias e exorta as instituições financeiras internacionais a incorporarem considerações de desenvolvimento sustentável nos seus processos de tomada de decisões.

No domínio da energia, o documento promove esforços para desenvolver e difundir tecnologias de energia alternativas; reduzir a combustão em facho e a purga de gases ligadas à produção de petróleo bruto; utilizar fontes de energia indígenas; e promover a participação das comunidades rurais. Exorta também os governos, organizações regionais e internacionais e outras partes interessadas relevantes a diversificarem a oferta de energia mediante o desenvolvimento de tecnologias energéticas mais limpas, mais eficientes, a preços comportáveis e eficientes em termos de custos e "com carácter de urgência, aumentar substancialmente a quota-parte que corresponde, a nível mundial, às fontes de energia renovável".

Entre outras acções neste domínio, incluem-se a promoção de políticas para reduzir as distorções de mercado e a criação de quadros regulamentares para "criar a igualdade nas condições de concorrência entre energia renovável, eficiência energética, tecnologias avançadas de energia e sistemas de energia centralizados, distribuídos e descentralizados" de modo a melhorar a competitividade das fontes de energia limpa. O documento prevê também a promoção da investigação e do intercâmbio de informações e tecnologia.

O plano foca ainda a necessidade de: desenvolver sistemas de transportes públicos e tecnologias de veículos eficientes, reduzir o congestionamento, limitar a expansão urbana, promover a reciclagem, melhorar a qualidade do ar, minimizar os resíduos e utilizar materiais alternativos compatíveis com o ambiente.

Entre os seus objectivos no domínio da saúde, o plano compromete-se a alcançar um objectivo delimitado no tempo de criar programas para reduzir em dois terços, até 2015, as taxas de mortalidade infantil e de mortalidade de menores de 5 anos, e em três quartos a de mortalidade materna.

Os participantes da Cimeira renovaram também o seu compromisso relativamente a uma gestão bem estruturada dos produtos químicos e resíduos perigosos e acordaram promover a criação de um método estratégico de gestão internacional dos produtos químicos, incentivar os países a aplicarem um novo sistema mundial de classificação e rotulagem de produtos químicos, logo que possível, tendo em vista torná-lo plenamente operacional até 2008. O plano defende também medidas para evitar o tráfico ilegal de produtos químicos e resíduos perigosos, bem como para evitar os danos resultantes da deslocação e eliminação transfronteiriças desses materiais.

As questões relacionadas com a gestão e conservação dos oceanos e das zonas costeiras assumem um lugar proeminente no plano de aplicação. "Os oceanos, mares, ilhas e zonas costeiras constituem uma componente integrada e essencial do ecossistema da terra e têm uma importância fundamental para a segurança alimentar mundial e o bem-estar de muitas economias", afirma o documento. Em especial, incentiva a aplicação, até 2010, de uma abordagem ecossistémica do desenvolvimento sustentável dos oceanos, que exige também uma coordenação e cooperação eficazes a nível mundial e regional.

Para se conseguirem recursos haliêuticos sustentáveis, o plano de aplicação propõe a manutenção ou reconstituição das populações de peixes esgotadas de modo a que atinjam níveis que possam assegurar a produção sustentável máxima, com carácter de urgência, e, quando possível, até 2015 o mais tardar. Exortando à criação e implementação de planos de acção nacionais e regionais, o documento considera a execução do plano de acção internacional da Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO) sobre a gestão da capacidade pesqueira, até 2005, e do plano de acção internacional para evitar, impedir e eliminar a pesca ilegal e não regulamentada, até 2004.

Lembrando a Declaração do Milénio, na qual os chefes de Estado e de governo resolveram envidar todos os esforços para garantir a entrada em vigor do Protocolo de Quioto à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas e iniciar as reduções necessárias das emissões de gases de efeito de estufa, o plano de acção da Cimeira exorta vivamente os Estados que ainda o não fizeram a ratificarem "atempadamente" o Protocolo.

No que se refere às alterações climáticas, o documento propõe, entre outras medidas, promover a observação sistemática da atmosfera da terra; apoiar a iniciativa para avaliar as consequências das alterações climáticas no Árctico e no Antárctico; intensificar a cooperação para reduzir a poluição atmosférica; apoiar o regime eficaz de protecção da camada de ozono; melhorar o acesso, por parte dos países em desenvolvimento, a alternativas de custo razoável, acessíveis, eficazes em termos de custos e seguras às substâncias destruidoras do ozono, até 2010; e tomar medidas relativamente ao tráfico ilegal dessas substâncias.

Promovendo a agricultura sustentável, o Plano de Aplicação incentiva a criação de planos integrados de gestão dos solos e dos recursos hídricos; a adopção de programas sustentáveis para melhorar a produtividade e combater a erosão dos solos; o intercâmbio de boas práticas; a aprovação de leis de utilização dos solos e das águas que sejam bem definidas e cujo cumprimento possa ser exigido; a utilização de incentivos baseados no mercado e destinados a empresas agrícolas e agricultores; e o reordenamento dos terrenos contaminados, bem como a conservação e utilização sustentável dos sistemas agrícolas tradicionais e indígenas.

O plano estabelece como alvo 2010 para deter a perda de biodiversidade. Afirmando que "a biodiversidade está a perder-se actualmente a um ritmo sem precedentes em virtude das actividades humanas", o documento exorta a uma implementação mais eficaz e coerente da Convenção sobre Diversidade Biológica. Esse objectivo, que exige recursos técnicos e financeiros novos e adicionais para os países em desenvolvimento, deverá ser atingido por meio de acções nacionais, regionais e internacionais que visem conservar e utilizar eficazmente a biodiversidade de uma forma sustentável, do apoio a iniciativas a favor de zonas caracterizadas por uma elevada biodiversidade e da introdução de redes e corredores ecológicos.

O documento convida também a que sejam levadas a cabo acções para controlar as espécies estrangeiras invasivas; a reconhecer o papel das comunidades locais e indígenas como detentoras de conhecimentos e práticas tradicionais; e a negociar um regime internacional para a promoção de uma partilha justa e equitativa dos benefícios resultantes da utilização dos recursos genéticos.

No que se refere ao comércio, o texto exorta os membros da Organização Mundial de Comércio (OMC) a passarem em revista todas as cláusulas de tratamento especial e preferencial e a "esforçarem-se por reduzir... ou eliminar os direitos alfandegários sobre produtos não agrícolas", em especial sobre produtos que tenham interesse em termos de exportação para os países em desenvolvimento. A cobertura dos produtos deveria ser ampla e sem exclusões *a priori*, afirma o texto. O plano propõe-se também apoiar o Fundo Especial Mundial para a Agenda de Desenvolvimento de Doha, que foi criado após a quarta Conferência Interministerial da OMC para garantir "uma base sólida e previsível para a assistência técnica e o reforço das capacidades relacionados com a OMC".

O plano defende medidas de assistência técnica e de reforço das capacidades relacionadas com o comércio e exorta os membros da OMC a facilitarem a adesão de todos os países em desenvolvimento, em especial dos menos avançados, e dos países com economias em transição, que se candidatem a membros da OMC. Pede também aos países desenvolvidos que realizem esforços em prol do objectivo de acesso num regime isento de impostos e não sujeito a quotas para as exportações de todos os países menos avançados.

Entrando em pormenores quanto aos meios de aplicação da agenda do desenvolvimento sustentável, o texto sublinha que deveria envolver todos os agentes pertinentes através de parcerias, em especial entre governos do Norte e do Sul, bem como entre governos e grupos importantes, incluindo o sector privado, a sociedade civil e as organizações não governamentais. Um aumento da cooperação internacional deveria ter em conta os Princípios do Rio, nomeadamente o princípio das "responsabilidades comuns mas diferenciadas" – através do qual os países desenvolvidos reconhecem as pressões que as suas sociedades exerceram sobre o ambiente e os recursos financeiros que exigem.

O desafio pode ser enfrentado através de meios como maiores fluxos de investimento directo estrangeiro, créditos às exportações, medidas de redução da dívida e ajuda pública ao desenvolvimento (APD). O texto exorta os países desenvolvidos que ainda o não fizeram a realizarem esforços concretos para atingirem o objectivo de dedicar 0,7% do seu produto nacional bruto (PNB) à APD aos países em desenvolvimento e a respeitarem o seu compromisso relativamente à APD destinada aos países menos avançados, conforme prevê o Programa de Acção para os Países Menos Avançados para 2001 a 2010.

No que se refere aos mecanismos de redução da dívida, o plano afirma que deveriam procurar evitar a imposição de quaisquer fardos injustos a outros países em desenvolvimento e que deveria haver um aumento da utilização de subsídios aos países mais pobres e vulneráveis à dívida. Os países são incentivados a criar estratégias nacionais de controlo e gestão de passivos externos como um elemento fundamental da redução das vulnerabilidades nacionais. Entre os mecanismos inovadores para enfrentar de uma forma global os problemas da dívida dos países em desenvolvimento, incluindo os países de rendimentos médios e os países com economias de transição, conta-se a conversão da dívida em desenvolvimento sustentável. Os países doadores são incentivados a garantir que a redução da dívida não diminua os recursos de APD para os países em desenvolvimento.

Reconhecendo as necessidades especiais de África em termos de desenvolvimento, os chefes de Estado e de governo acordaram também medidas para a erradicação da pobreza, o reforço do crescimento económico e a promoção da paz e segurança naquele continente. O quadro para a satisfação das necessidades dos países africanos inclui a decisão de apoiar o objectivo de garantir o acesso a energia a pelo menos 35% da população africana, no prazo de vinte anos, um objectivo partilhado com a iniciativa Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD). Entre outros objectivos contidos no plano, contam-se o da promoção do acesso equitativo a cuidados de saúde, e a disponibilização dos medicamentos e da tecnologia necessários para combater e controlar as doenças transmissíveis, nomeadamente o VIH/SIDA, a malária e a tuberculose.

O plano contém também capítulos pormenorizados dedicados à inter-relação entre desenvolvimento sustentável e globalização; pequenos Estados insulares em desenvolvimento; iniciativas regionais e um quadro institucional para o desenvolvimento sustentável.

Declarações após a Aprovação do Plano de Aplicação

HUGO CHAVEZ, Presidente da Venezuela, falando em nome do "Grupo dos 77" países em desenvolvimento e da China, afirmou que queria permanecer fiel ao sentimento de um grupo numeroso de chefes de Estado e de governo, de organizações não governamentais e de grupos que lutam pela justiça e a paz, contra a pobreza e pela dignidade em todo o mundo. O Grupo dos 77 teria gostado de muito mais. Por causa das restrições de tempo, não haviam sido estabelecidos objectivos concretos e as generalidades que haviam sido definidas podiam ser consideradas retrógradas. Teria preferido uma ênfase nos direitos humanos, tais como o direito à habitação, à saúde, à água potável, à vida. A Cimeira não estivera à altura das expectativas que suscitara. Além disso, é preciso alterar radicalmente o modelo das cimeiras, dado que não existiu debate. Pareceu mais um diálogo de surdos.

CARSTEN STAUR, o Secretário de Estado da Dinamarca, falando em nome da União Europeia, afirmou que a União considerava que a linguagem sobre energia renovável incluída no Plano de Aplicação fora um importante passo em frente. Asseverou que a União Europeia e o Grupo dos Países que partilham a Mesma Opinião (Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS), Bulgária, Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Islândia, Lituânia, Malta, Noruega, Nova Zelândia, Polónia, Roménia, República Checa, Suíça e Turquia) estavam dispostos a ir além do que era pedido no plano.

Depois leu, em nome do grupo, uma declaração conjunta, "O Caminho a Seguir no Domínio da Energia Renovável", que, ao mesmo tempo que subscrevia os resultados da Cimeira Mundial, exprimia o forte compromisso relativamente à promoção da energia renovável e um aumento da quota-parte de energia renovável na oferta mundial total de energia primária. Afirmou que o aumento da utilização da energia renovável era um elemento essencial para atingir o desenvolvimento sustentável. A energia renovável poderia constituir uma forma nova e importante de reduzir a poluição e proporcionar o acesso a energia para apoiar a erradicação da pobreza.

O grupo comprometeu-se a cooperar para desenvolver mais e promover tecnologias de energia renovável e a aumentar substancialmente a quota-parte mundial de fontes de energia renovável com base em objectivos claros e delimitados no tempo, estabelecidos a nível nacional, regional e esperemos que mundiais, afirmou. O grupo aprovara, ou iria aprovar, esses objectivos e incentivava outros a fazerem o mesmo.

Especificamente em relação ao Plano de Aplicação, afirmou que a União Europeia era de opinião de que as referências aos direitos humanos, no parágrafo 151, não podiam ser lidas sem tomar em consideração o trabalho em curso realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pelo Gabinete do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos e por outros órgãos intergovernamentais. Falando sobre outra questão, disse que todos os interessados eram importantes para o processo do desenvolvimento sustentado. Tendo isso em mente, as mulheres e os seus direitos e liberdades fundamentais têm de ser promovidos e salvaguardados. Se assim não for, as sociedades como um todo irão ressentir-se.

JULIAN HUNT, Ministro do Comércio Internacional e Aviação Civil de Santa Lúcia, falando em nome dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, afirmou que esperava que qualquer declaração feita pelo Grupo dos 77 quanto a este ponto tivesse incluído o seu país, mas isso não acontecera. Agradeceu à conferência ter incluído os pequenos Estados insulares separadamente num conjunto de medidas do plano de acção. Todavia, perguntava-se se esta Cimeira iria tornar-se num novo Rio. Iriam passar-se mais dez anos sem que se materializasse um novo conjunto de promessas? Além disso, a OMC não era amiga dos pequenos Estados insulares. Havia uma regra que previa um tratamento especial e diferencial desses Estados, mas não tinha qualquer efeito. O comércio era uma área em que os pequenos Estados insulares precisavam de apoio, em especial no que se refere à globalização, mas nem sequer tinha a certeza do que era a globalização, porque não chegara a Santa Lúcia para beneficiar o seu povo. Em vez disso, tivera efeitos adversos na indústria da banana e pelo menos um Estado da região enfrentava sérias dificuldades.

Quanto à energia renovável, afirmou que não fora estabelecido qualquer quadro temporal na Cimeira. Santa Lúcia tem um programa para a energia renovável, que estipula que pelo menos 20% da energia que utiliza deve provir de fontes renováveis, até 2010. No entanto, o Banco Mundial está a exercer pressões sobre todos os pequenos Estados insulares para que privatizem os seus serviços essenciais. As multinacionais precisam de um retorno do investimento e frustraram todos os esforços de utilização de energia renovável.

JOHN TURNER (Estados Unidos) afirmou que os Estados Unidos não aceitavam qualquer interpretação do princípio 7 da Declaração do Rio que implicasse um reconhecimento ou aceitação pelos Estados Unidos de quaisquer obrigações internacionais ou qualquer redução das responsabilidades dos países em desenvolvimento, nos termos do direito internacional. De acordo com esse princípio, a responsabilidade comum mas diferenciada era relevante para as políticas que tratam da degradação ambiental mundial, no caso de os Estados terem contribuído de forma diferente para essas degradações. Os Estados Unidos interpretavam todas as referências a esse termo no Plano de Acção dentro desse contexto.

Durante a Conferência, o Presidente da Comissão Principal afirmou que era interpretação colectiva do Grupo de Contacto sobre Meios de Aplicação que o parágrafo 3º do capítulo 5 do plano relativo à responsabilidade e responsabilização empresariais se referia aos acordos intergovernamentais e iniciativas existentes e que essa interpretação deveria reflectir-se num relatório final da conferência.

No que se refere à diversidade biológica, os Estados Unidos reservavam a sua posição quanto ao parágrafo 42º (o), que prevê negociações no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica, tendo em mente as directrizes de Bona – um regime internacional para proteger e salvaguardar uma partilha justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos. No contexto da negociação final desse parágrafo, as palavras "juridicamente vinculativo" que qualificavam a palavra regime foram eliminadas a pedido de inúmeras delegações. À luz da história dessa negociação, os Estados Unidos interpretaram que o empreendimento previsto nesse parágrafo não implicaria a criação de instrumentos juridicamente vinculativos.

No sector da saúde, afirmou que os Estados Unidos interpretavam que nenhuma palavra no Plano de Aplicação, incluindo as referências à saúde, à saúde reprodutiva e sexual, aos serviços de saúde básicos, aos serviços de cuidados de saúde ou referência a direitos ou liberdades poderia de alguma forma ser interpretada como incluindo ou promovendo o aborto ou pacientes que praticam abortos.

No que se refere à APD, os Estados Unidos não aceitam alvos de ajuda internacional baseados numa percentagem do PNB, disse.

* *** *

Fonte: Comunicado de imprensa do Departamento de Informação Pública da ONU, ENV/DEV/J/35, de 4 de Setembro de 2002.